



FÓRUM DE INOVAÇÃO E
ACÇÃO PARA A IMUNIZAÇÃO E
SOBREVIVÊNCIA INFANTIL 2025

Maputo, Mozambique, 22-24 July 2025

Um Apelo Conjunto à Acção: Acabar com as Mortes Infantis Evitáveis



Num momento em que restam apenas cinco anos para a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos para 2030, enfrentamos uma conjuntura crítica no esforço global em prol da sobrevivência infantil. O agravamento dos conflitos armados, os impactos crescentes das mudanças climáticas e os cortes sem precedentes no financiamento internacional ameaçam comprometer os progressos arduamente alcançados, colocando em risco a vida de milhões de crianças. Embora a África Subsaariana apresente a mais elevada taxa de mortalidade infantil, a necessidade de uma resposta eficaz estende-se a outras regiões do mundo, exigindo uma acção coordenada, urgente e de carácter multi-sectorial. Num contexto caracterizado por desafios sistémicos na prestação de cuidados de saúde e por limitações significativas de recursos, a promoção da sobrevivência infantil requer uma abordagem ousada, integrada e centrada nas pessoas. Este não é o momento para manter o statu quo. É imperativo conjugar a inovação com serviços de saúde acessíveis, equitativos e contínuos, capazes de responder eficazmente às necessidades das crianças ao longo de todo o seu ciclo de vida.

Com base num conjunto de importantes declarações no domínio da saúde, incluindo a Agenda 2063, a Agenda de Lusaca (2023), a Declaração de Astana (2018), e a Declaração de Adis Abeba sobre Imunização (2016); resoluções como a da World Assembleia Mundial da Saúde intitulada “Acelerar o Progresso para a Redução da Mortalidade Materna, Neonatal e Infantil” (2024); Apelo à Acção: Eliminar a Cólera em África (2025); compromissos nacionais assumidos nas Cimeiras de Nutrição para o Crescimento (2013, 2017, 2021, 2025);



Gates Foundation

bem como nos Fóruns Globais sobre Pneumonia Infantil (2020, 2023), e os objectivos e metas dos movimentos Every Woman, Every Newborn Everywhere (EWENE) and Ação para a Sobrevivência Infantil (CSA) o Fórum de Sobrevivência Infantil apela a todas as partes interessadas para que reforcem a sua determinação em alcançar o ODS 3.2, que visa, até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças com menos de 5 anos.

Apelamos a todas as partes interessadas que se juntem a nós para:

- **Reforçar a liderança regional:** Promover parcerias entre instituições nacionais e regionais do sector da saúde, incluindo a União Africana e a sua emblemática Campanha para a Redução Acelerada da Mortalidade Materna em África Plus (CARMMA Plus), os Centros Africanos para o Controlo e Prevenção de Doenças (Africa CDC), a Organização de Saúde da África Ocidental (WAHO), a Comunidade de Saúde da África Oriental, Central e Austral (ECSA-HC), bem como outras partes interessadas com capacidade para contribuir para a sobrevivência infantil.
- **Estabelecer uma responsabilização robusta:** Assegurar que os governos, parceiros e a sociedade civil sejam responsabilizados pelo cumprimento dos seus compromissos no domínio da sobrevivência infantil, aos níveis nacional, regional e global, e que apresentem relatórios regulares sobre os progressos realizados.
- **Combater as iniquidades:** Centrar esforços nas crianças mais vulneráveis, particularmente na África Subsaariana e no Sul da Ásia, eliminando obstáculos ao acesso aos cuidados, melhorando os níveis de instrução materna e enfrentando os factores de risco associados, como a má nutrição, o acesso limitado a água potável, saneamento e higiene, e a poluição do ar, especialmente a que ocorre em ambientes domésticos.
- **Mobilizar financiamento sustentável:** Reforçar o financiamento interno e internacional destinado à sobrevivência infantil, priorizando intervenções custo-eficazes e a disponibilização de produtos essenciais que salvam vidas e que contribuem para o fortalecimento dos sistemas de saúde, incluindo os recursos humanos para a saúde. Explorar modelos de financiamento inovadores, como o Fundo para a Nutrição Infantil, e assegurar soluções sustentáveis de financiamento que possibilitem alcançar os grupos mais vulneráveis, incluindo em Estados frágeis e afectados por conflitos. Garantir que tais recursos sejam flexíveis, reduzindo a fragmentação e permitindo canalizar os fundos para onde e quando forem mais necessário
- **Investir nos Cuidados de Saúde Primários (CSP):** Reforçar o investimento interno em sistemas resilientes de CSP, incluindo ao nível comunitário. Tal inclui assegurar a continuidade dos cuidados, a existência de sistemas adequados de referência e a qualidade dos cuidados prestados nos níveis primário e de referência. Impõe-se equipar as unidades sanitárias com instrumentos de diagnóstico (e.g., oxímetros de pulso, testes rápidos de malária, etc.) e com medicamentos essenciais para o tratamento de pneumonia (amoxicilina e oxigénio medicinal adaptados à pediatria), malária e diarreia (Sais de Reidratação Oral e comprimidos de zinco), ao mesmo tempo



que se promovem parcerias multi-sectoriais e se capacita o pessoal de saúde para diagnosticar e tratar de forma célere infecções pediátricas e má nutrição. Essencialmente, estas unidades sanitárias essencialmente, estas unidades sanitárias deverão dispor de fontes de energia sustentáveis e de ligação à internet, de modo a apoiar os procedimentos de diagnóstico, terapêutica e partilha de dados.

- **Investir de forma decisiva na prevenção, preparação e resposta às emergências de saúde pública**, em especial à cólera, enquanto prioridade estratégica. Tal exige o reforço da coordenação multi-sectorial, o financiamento interno, a expansão das infra-estruturas de ASH, o fornecimento regular de insumos essenciais, o envolvimento efectivo das comunidades e o acesso humanitário. Na ausência de tal investimento, os serviços regulares de saúde permanecerão vulneráveis a interrupções frequentes e severas.
- **Acelerar a cobertura da vacinação**: Atingir e manter uma cobertura de vacinação superior a 90% com vacinas que salvam vidas, incluindo a vacina pneumocócica conjugada (PCV), contra difteria, tétano e tosse convulsa, sarampo, rotavírus, malária, meningite e febre tifóide, dando prioridade às crianças sem qualquer dose (“dose zero”) e integrando a administração de vacinas com programas de nutrição e outros serviços de saúde infantil de elevado impacto. Deverá promover-se, igualmente, o estabelecimento de parcerias que facilitem a colaboração intersectorial para se alcançar os grupos mais vulneráveis.
- **Integrar a prestação de serviços para a sobrevivência infantil**, com vista ao reforço do acesso, da aceitabilidade e da relação custo-eficácia: Importa explorar oportunidades para a implementação de intervenções e inovações em matéria de sobrevivência infantil através das plataformas comunitárias existentes, identificando os pontos em que os cuidados continuados podem ser assegurados pelas estruturas de prestação de cuidados de saúde materna, neonatal e infantil.
- **Reforçar a vigilância e a inovação**: Potenciar os dados provenientes de iniciativas como a Rede de Vigilância da Prevenção da Saúde e da Mortalidade Infantil (CHAMPS), com vista a antecipar e responder a tendências epidemiológicas, informar intervenções direccionadas e acelerar o desenvolvimento e a implementação de novas ferramentas. Tal inclui vacinas pneumocócicas conjugadas (PCV) de valência superior, novas vacinas maternas e anticorpos monoclonais para o vírus sincicial respiratório (VSR), bem como diagnósticos aperfeiçoados, como oxímetros de pulso multimodais e ecografia pulmonar nas unidades sanitárias.



A mortalidade infantil constitui mais do que um desafio – trata-se de uma crise que exige uma resposta imediata e o momento de agir é agora.

Com o prazo iminente para o alcance do ODS 3.2 até 2030, e sessenta países ainda fora do caminho necessário para atingir a meta relativa à sobrevivência infantil, impõe-se uma acção determinada para colmatar as lacunas existentes. Com o apoio dos Ministérios da Saúde, do Mecanismo Financeiro Global (GFF), do Fundo Global, da Gavi, da Fundação Gates, do UNICEF, da OMS e de parcerias como o movimento EWENE e a “Acção para a Sobrevivência Infantil”, é possível transformar os sistemas de saúde, salvar milhões de vidas e assegurar que todas as crianças alcancem o seu quinto aniversário. Juntos, temos a oportunidade de concretizar esta promessa feita a cada criança.



COMPROMISSOS DOS GOVERNOS

Governo do Burquina Faso

A vacinação continua a constituir uma das intervenções mais eficazes de saúde pública na prevenção de doenças evitáveis e na redução da mortalidade infantil. Neste contexto, o Burquina Faso reafirma o seu compromisso em reforçar os esforços nacionais, mantendo os níveis de desempenho do Programa Alargado de Vacinação e promovendo a introdução de novos antigénios. O país dará continuidade ao reforço da integração dos serviços de vacinação nos programas de saúde infantil, nutrição e saúde comunitária. Serão igualmente implementadas reformas ambiciosas com o objectivo de assegurar o acesso equitativo a cuidados de qualidade, garantindo simultaneamente a oferta gratuita dos cuidados prestados a crianças com menos de cinco anos.

Governo da República Centro-Africana

Com o objectivo de reduzir rapidamente a mortalidade infantil e avançar na concretização do ODS 3.2, o Governo da República Centro-Africana procedeu à implementação dos dez domínios do impulso presidencial para a cobertura universal de saúde, bem como da política de envolvimento comunitário. Paralelamente, foi adoptada a Estratégia Nacional de Vacinação para o período de 2024 a 2028.

O Ministério da Saúde e da População empenhar-se-á em reduzir em 50% o número de crianças zero-dose até 2025, apostando na integração das intervenções e no reforço das actividades de base comunitária.

O Ministério da Saúde e da População colaborará com a PATH e todas as demais partes interessadas na apresentação de uma candidatura à Gavi, com vista à introdução da vacina contra o cancro do colo do útero até finais de 2025.

Para fazer face ao elevado risco associado à malária – cuja taxa de mortalidade se mantém elevada na República Centro-Africana, situando-se em cerca de 30% entre crianças com menos de cinco anos – o Governo, através do Ministério da Saúde e da População, implementou uma política de acesso gratuito a cuidados destinada a crianças com menos de cinco anos, mulheres grávidas e mulheres lactantes. Neste enquadramento, o Ministério reforçará a capacidade dos agentes comunitários de saúde para diagnosticar e tratar casos simples de malária em contexto domiciliário e encaminhar casos graves para unidades sanitárias, onde receberão cuidados gratuitos. No âmbito da prevenção da malária, o país já introduziu a respectiva vacina no calendário de vacinação de rotina e compromete-se a intensificar as acções de sensibilização junto das mães e dos cuidadores, com vista a incrementar a procura dos serviços de vacinação em geral e da vacina contra a malária em particular.



Governo do Chade

O Chade, à semelhança dos restantes países da sub-região, colocou a luta contra a mortalidade neonatal e infanto-juvenil no centro das suas prioridades. O Governo do Chade, em articulação com os seus parceiros, reafirma o seu compromisso e determinação em alcançar o ODS 3.2 de até 2030 acabar com as mortes infantis evitáveis.

1. O Chade reafirma igualmente a sua vontade de acelerar a introdução e utilização adequada das vacinas essenciais, com vista à redução sustentada da mortalidade e morbilidade evitáveis na infância. Neste enquadramento, o Ministério da Saúde Pública e da Prevenção (MSPP) compromete-se a:

- Introduzir a vacina hexavalente, com o objectivo de assegurar uma protecção integrada contra seis grandes doenças da infância;
- Introduzir a vacina contra a hepatite B à nascença, visando prevenir a transmissão vertical;
- Expandir a vacinação contra malária em todo o território nacional, com prioridade para as zonas de elevada taxa de morbilidade;
- Introduzir a nova vacina contra a meningite Men5, abrangendo um espectro alargado de estirpes e reforçando a protecção das populações face às epidemias recorrentes;
- Substituir o acondicionamento em frascos de 10 doses pelo de 5 doses para a vacina contra o sarampo, com o intuito de reduzir desperdícios, melhorar a gestão de stocks e aumentar a disponibilidade junto das crianças em locais de difícil acesso; e
- Expandir a vacinação e o registo civil a outras províncias e zonas remotas, com vista a assegurar que todas as crianças beneficiem de vacinação e sejam devidamente registadas à nascença.

Estes compromissos serão acompanhados pela actualização das directrizes nacionais, pelo reforço das capacidades dos profissionais de saúde e pela mobilização de recursos sustentáveis, garantindo que cada criança, independentemente da sua localização geográfica, tenha acesso a estas inovações de vacinas que potencialmente salvam vidas.

2. O MSPP iniciou igualmente a elaboração de um novo plano conjunto EWENE-CSA para acelerar a redução de mortes evitáveis. Este plano, alinhado com as orientações globais @ “Every Woman, Every Newborn Everywhere”, visa reforçar a sinergia entre sectores conexos e otimizar a implementação de intervenções de alto impacto, nomeadamente:

- Melhoria da qualidade dos cuidados nas FOSA, acompanhada de um plano local e nacional de melhoria contínua;
- Expansão da oferta de cuidados destinados a recém-nascidos doentes e de baixo peso à nascença, mediante a criação de unidades de neonatologia e de unidades mãe-canguru nas províncias, bem como o reforço das capacidades das unidades existentes; e



- o Alargamento do acesso ao oxímetro de pulso, como instrumento de apoio ao diagnóstico da pneumonia e à orientação terapêutica, visando reduzir a mortalidade associada a esta patologia.

Governo da República Democrática do Congo

Duas áreas de compromisso, segundo o contexto nacional: (1) introdução de novas vacinas e (2) protecção do financiamento.

Compromisso da RDC com a protecção do financiamento para a sobrevivência infantil:

Perante a degradação da cobertura de vacinas em África, agravada por atrasos e flutuações nos financiamentos públicos, torna-se essencial adoptar uma estratégia ambiciosa e coerente para restaurar o desempenho do programa de vacinação.

A vacinação constitui uma das intervenções de saúde pública com maior impacto na redução da mortalidade materno-infantil, sendo igualmente um importante indicador do desempenho dos sistemas de saúde a nível global.

A saúde das nossas crianças representa um desafio central para o futuro dos nossos países. Reflete a nossa responsabilidade colectiva e os compromissos que assumimos para com as gerações presentes e vindouras. A protecção da sua vida, o seu crescimento e o seu desenvolvimento devem estar no cerne das nossas acções.

Esta iniciativa não será capaz de gerar resultados sustentáveis sem um esforço colectivo. Por isso, apelamos a uma mobilização sem precedentes de todos os actores públicos e privados, das autoridades provinciais, dos profissionais de saúde, dos parceiros nacionais e internacionais, bem como das comunidades.

Cada um deve assumir plenamente as suas responsabilidades. O êxito desta política de vacinação assenta também no compromisso individual de cada cidadão, na solidariedade e na determinação colectiva.

É imperativo reforçarmos os nossos sistemas de saúde, melhorar o acesso aos serviços de vacinação e mobilizar todos os nossos recursos para garantir cobertura em cada recanto do território. A vacinação deve tornar-se uma prática evidente e enraizada no nosso quotidiano.

A dependência de um doador como a Gavi evidencia a necessidade de o nosso país planificar a transição para uma autonomia financeira duradoura a longo prazo. Convém ainda referir que a contribuição da Gavi para a aquisição dos materiais de injeção aparenta carecer de maior clareza ou detalhe, o que poderá suscitar dúvidas quanto à repartição e cobertura global dos encargos logísticos e materiais.



A estabilidade relativa da contribuição governamental, associada ao apoio substancial da Gavi, constitui uma base sólida para a continuidade da implementação das actividades de vacinação, ao mesmo tempo que ressalta a importância de uma estratégia orientada para o reforço da capacidade nacional de financiamento destas actividades.

A RDC compromete-se a manter, ou mesmo aumentar, a mobilização de recursos endógenos até pelo menos um dólar americano por criança-alvo a vacinar, tanto a nível nacional como provincial; este compromisso foi renovado pela mais alta autoridade do país durante o último Fórum Nacional sobre Vacinação e Erradicação da Poliomielite, realizado em Março último.

Compromisso da RDC no quadro da introdução de novas vacinas

No quadro da implementação do Fórum de Inovação e Acção para Imunização e Sobrevivência Infantil, organizado em Maputo de 22 a 24 de Julho de 2025, a RDC compromete-se a acelerar o processo de redução da mortalidade infanto-juvenil mediante a introdução de novas vacinas planificadas segundo as prioridades alinhadas no seu plano estratégico, a Estratégia Nacional de Vacinação 2025-2030, com base nos pareceres e recomendações do GTCV. Trata-se, entre outros, de:

- Continuação da introdução da vacina contra a malária (R21-Matrix-M); até à data, 9 das 26 províncias já a introduziram, prevendo-se a sua expansão a nível nacional até Novembro de 2025. O objectivo da inclusão da vacina contra a malária no PAV é contribuir para a redução da morbilidade e mortalidade infantis associadas à malária, com vista ao cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. A introdução desta vacina constitui também uma oportunidade para o PAV/RDC melhorar o seu desempenho, através das novas possibilidades de marcação de consultas que esta nova vacina proporcionará.
- Aceleração da substituição da vacina Rotasil® pela vacina Rotarix® no calendário de vacinação de rotina, sem comprometer a oferta nem a procura da vacina contra o rotavírus (Agosto de 2025).
- Introdução da vacina tríplice viral (sarampo e rubéola - RR) na rotina através de campanhas de recuperação, com vista a acelerar a eliminação do sarampo e da rubéola no país (Novembro de 2025).
- Introdução da vacina contra o Vírus do Papiloma Humano (VPH) no calendário de vacinação de rotina. O plano prevê a vacinação completa de, pelo menos, 65% das raparigas entre os 9 e os 14 anos até Outubro de 2026.

Governo do Egipto

O Governo do Egipto compromete-se a introduzir a vacina pneumocócica conjugada, em simultâneo com a instalação da produção de vacinas no Egipto, ao longo dos próximos cinco anos.

Governo da Etiópia

O Governo da Etiópia está a assumir dois compromissos para acelerar a acção em matéria de sobrevivência infantil. Iremos concentrar-nos em duas áreas-chave:

1. Reduzir as mortes por pneumonia e a mortalidade neonatal

- Desenvolver uma nova estratégia para a Sobrevivência do Recém-Nascido e da Criança, com enfoque no desenvolvimento holístico;
- Expandir o iKMC e o KMC plus, bem como reforçar uma abordagem integrada de mentoria clínica nas unidades de cuidados intensivos neonatais (NICU);
- Desenvolver materiais de formação combinados para apoiar a integração; e
- Reforçar parcerias, a colaboração com universidades e o projecto Saving Little Lives 360 (SLL360).

2. Reforçar a imunização para alcançar todas as crianças. Esta prioridade inclui:

- Alavancar os progressos recentes de cobertura de vacinação para reduzir o número de crianças zero-dose;
- Melhorar a imunização de rotina mediante uma abordagem de cuidados de saúde primários (CPS) mais ampla;
- Introduzir, expandir e otimizar novas vacinas; e
- Melhorar o financiamento sustentável da imunização e cumprir os requisitos de cofinanciamento da Gavi.

Governo da República da Guiné

Para acelerar os progressos rumo à consecução dos ODS 3.2 e acabar com mortes infantis evitáveis, a Guiné reafirma o seu compromisso de: i) continuar com os esforços de melhoria da disponibilidade das vacinas e dos materiais de vacinação, através da Iniciativa de Independência de Vacinação e da integração de novas vacinas (PCV 13, Rota, RTS'S, VPH) no calendário de vacinação de rotina; ii) continuar com os esforços de detecção, notificação e investigação das doenças evitáveis por vacinação; iii) reforçar a integração da oferta de serviços de saúde materna, neonatal e infantil, de nutrição e de vacinação nas unidades sanitárias e na comunidade; iv) finalizar e implementar o plano de acção operacional 2026-2028 para a aceleração dos ODS sobre sobrevivência infantil.

Para a concretização destes compromissos, o MSHP trabalhará com todos os seus parceiros, nomeadamente: Gavi, OMS, UNICEF, Fundo Global, Banco Mundial, GFF, Fundação Bill e Melinda Gates, Sociedade Civil e Sector Privado.

Governo da República do Mali

O Governo do Mali aprova o compromisso comum para a acção: acabar com as mortes infantis evitáveis e compromete-se a:

1. Apoiar a implementação do plano nacional de aceleração da sobrevivência infantil (2025-2027);
2. Garantir a expansão da oferta do pacote de serviços integrados PFPP/SMNI/Nutrição nas unidades sanitárias de 25% para 80% até ao final de 2027; e
3. Garantir a expansão e seguimento do tratamento massivo com azitromicina no âmbito do programa REACH.



Governo de Moçambique

Como país, renovamos o nosso compromisso de vacinar cerca de 6 milhões de crianças com menos de 1 ano de idade (uma média anual de 1,2 milhão) nos próximos cinco anos.

Governo da Nigéria

O Ministro da Saúde e Bem-Estar Social, em nome do Governo da Nigéria, reafirmou um forte compromisso com o aumento dos investimentos financeiros nas políticas de saúde infantil já estabelecidas. Sublinhou a dedicação do Governo ao desenvolvimento de programas direccionados e à promoção da prestação de serviços integrados a nível nacional e local. O Governo Federal mantém-se plenamente empenhado em garantir que cada criança nigeriana não apenas sobreviva, mas também prospere.

Governo da Serra Leoa

O Governo da Serra Leoa assume os seguintes compromissos:

1. Expandir a plena implementação do Plano de Acção para a Sobrevivência Infantil da Serra Leoa para todos os 16 distritos do país;
2. Agir rapidamente para traduzir todas as conclusões de pesquisa em acções programáticas; e
3. Priorizar a introdução de novas vacinas e otimizar a vacinação de rotina.

Governo da Somália

O Governo Federal da Somália, através do Ministério da Saúde, reafirma o seu firme e inabalável compromisso de acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças com menos de cinco anos, em alinhamento com o ODS 3.2, a Resolução sobre a Aceleração da MSCI e o Plano Nacional de Transformação da Somália 2025-2029.

A Somália encontra-se a desenvolver um Plano de Acção para a Sobrevivência Infantil, centrado em intervenções de alto impacto, baixo custo e baseadas em evidência científica, visando as principais causas de mortalidade infantil: pneumonia, diarreia, sarampo e desnutrição.

Para a concretização deste objectivo, o Ministério da Saúde implementará as seguintes acções estratégicas:

1. Expansão do Quadro do Pacote Essencial de Serviços de Saúde (PESS) para Intervenções Integradas de Sobrevivência Infantil

- Racionalização e integração dos serviços de saúde e nutrição, visando o aumento da utilização das unidades de cuidados de saúde primários para a prestação de intervenções integradas e de alto impacto;
- Aperfeiçoamento da implementação do PESS 2020, da Estratégia de Saúde Comunitária e da Estratégia de MSCI; e
- Realização de um mapeamento abrangente de recursos humanos para a saúde, para orientar o recrutamento, formação, afectação, remuneração harmonizada e retenção de profissionais de saúde qualificados.



2. Reforço das Plataformas de Saúde Comunitária

- Finalização e operacionalização da Estratégia de Saúde Comunitária revista, em pelo menos dois Estados, nos próximos dois anos, para melhorar a prestação de serviços de saúde primários a nível comunitário.

3. Melhoria da Cobertura da Imunização de Rotina

- Aumento da proporção de unidades sanitárias que oferecem imunização de rotina, dos actuais 46% para 70% em dois anos; e
- Envolvimento do sector privado para expandir o acesso aos serviços de imunização de rotina.

4. Alavancagem dos Sistemas Digitais para Planificação e Monitoria Baseados em Evidência

- Expansão dos Registos de Imunização Electrónicos (RIE), interoperáveis com o DHIS2 a nível da unidade sanitária, para melhorar a disponibilidade de relatórios precisos e em tempo real;
- Implementação do Sistema Electrónico de Informação de Gestão Logística (eLMIS), para reforçar a visibilidade e o rastreamento dos produtos de saúde essenciais, incluindo vacinas, até à última milha; e
- Capacitação das equipas de gestão de saúde distritais, nos distritos prioritários, para o uso de dados na planificação e coordenação.

5. Reforço da Governança e da Coordenação

- Adopção do Plano de Acção para a Sobrevivência Infantil como quadro nacional para acelerar a implementação e monitorar os progressos;
- Reforço dos principais mecanismos de coordenação, incluindo o Comité de Coordenação Interagências (CCI) e as plataformas de coordenação do sector da saúde;
- Reforço da advocacia ao mais alto nível, com o Primeiro-Ministro a continuar a presidir o Grupo de Trabalho da Somália para a Imunização e Erradicação da Poliomielite (SIPE); e
- Estabelecimento de um Fórum para a Sobrevivência Infantil, presidido pelo Primeiro-Ministro, até 2027.

6. Mobilização de Financiamento Sustentável

- Aumento do financiamento doméstico da saúde, incluindo contribuições para a aquisição de vacinas e obrigações de cofinanciamento;
- Realização de acções de advocacia baseada em evidência, para manter e expandir o apoio dos doadores à prestação de serviços de saúde e ao reforço do sistema de saúde;
- Colaboração com doadores e parceiros de desenvolvimento, visando a mobilização de recursos para o Plano de Acção para a Sobrevivência Infantil e o Plano de Aceleração de SMNI; e
- Desenvolvimento e implementação de, pelo menos, duas Parcerias Público-Privadas (PPP), destinadas a apoiar iniciativas-chave de sobrevivência infantil.



Governo da República do Sudão do Sul

O Governo da República do Sudão do Sul está empenhado em reduzir as mortes infantis evitáveis, através do reforço de cuidados de saúde primários, bem como integração de serviços de saúde, nutrição e saúde materno-infantil. Tal implica a melhoria da imunização de rotina, incluindo durante crises humanitárias em contextos de refugiados, deslocados e repatriados. O Sudão do Sul introduziu também novas vacinas, tais como a da malária, MCV2, rotavírus e PCV, no sistema de imunização de rotina, para reduzir a morbilidade e mortalidade infantil.

O país está a trabalhar no reforço da vigilância de doenças e na preparação para emergências, através de relatórios e colaboração multi-sectorial. Estão a ser envidados esforços para aumentar e sustentar recursos humanos qualificados para a saúde, a todos os níveis de intervenção, através de um contínuo de cuidados que vai desde o nível comunitário, mediante a Iniciativa de Saúde de Boma (BHI), integrada nos sistemas de cuidados de saúde primários e de referência. Estas iniciativas são reforçadas por um forte apoio político a nível nacional e local, e serão executadas através do Plano de Transformação do Sector da Saúde (HSTP), que visa implantar um sistema de saúde resiliente e responsivo.

Para implementar adequadamente os programas acima mencionados e alcançar melhores indicadores de sobrevivência infantil, o Governo compromete-se a colaborar com parceiros e doadores, em conformidade com os instrumentos e acordos internacionais, para assegurar a responsabilização a todos os níveis de envolvimento e prestação de serviços.

COMPROMISOS DOS DOADORES E PARCEIROS

Fundação Gates

A Fundação Gates mantém-se firme no seu compromisso com a redução das mortes infantis por doenças infecciosas evitáveis, através de investimentos na investigação e desenvolvimento de vacinas novas e melhoradas, contribuindo para garantir que essas vacinas sejam acessíveis, bem como apoiando a sua entrega em países de baixo e médio rendimento. Desde o Fórum Global sobre Pneumonia Infantil, em Madrid, em 2023, despendemos mais de 200 milhões de dólares em financiamento de subvenções, com vista a apoiar o desenvolvimento e a entrega de vacinas para prevenir a pneumonia, a meningite e a sépsis neonatal. Este trabalho prossegue – nas PCV, vacinas contra o vírus sincicial respiratório (VSR), vacinas meningocócicas, vacinas contra o rotavírus, vacinas conjugadas contra a tifoide, vacina oral contra a cólera, e vacinas contra VPH, bem como em vacinas que futuramente prevenirão a sépsis neonatal, tais como o *Streptococcus* do grupo B, a *Klebsiella pneumoniae* e a *Shigella*.



Orgulhamo-nos de apoiar a Gavi, a Aliança de Vacinas, no seu trabalho crucial para expandir o acesso a vacinas a todas as crianças, com um compromisso de 1,6 mil milhões de dólares para o período de 2026-2030. Em Junho de 2025, a Rotary e a Fundação Gates renovaram a sua parceria de longa data para erradicar a poliomielite, anunciando um compromisso conjunto de até 450 milhões de dólares americanos para os próximos três anos, em apoio ao esforço global de erradicação da poliomielite. Renovamos igualmente o nosso compromisso com novo financiamento para apoiar o CHAMPS (Child Health and Mortality Prevention Surveillance), na sua missão de gerar dados definitivos sobre as causas de morte em crianças com menos de cinco anos, nas regiões do mundo com maior mortalidade infantil. Este investimento sublinha a prioridade contínua da Fundação em reforçar abordagens baseadas em dados na saúde global e acelerar os progressos rumo à redução da mortalidade infantil.

Comprometemo-nos a desenvolver e fortalecer parcerias com organizações não-governamentais, países e o sector privado, enquanto trabalhamos para acabar com as mortes evitáveis de mães e bebés, assegurar que a próxima geração cresça sem ter de padecer de doenças infecciosas mortais, e retirar milhões de pessoas da pobreza. O nosso compromisso de investir 200 mil milhões de dólares nos próximos 20 anos – a maior parte dos quais será destinada a responder a desafios em África – representa uma aceleração deste esforço e um compromisso renovado com a saúde e o bem-estar de todas as crianças.

O Governo de Espanha

Espanha reafirma o seu compromisso com a saúde global, com os instrumentos de cooperação multilaterais e bilaterais, e com o desenvolvimento de alianças com actores locais e multilaterais, com o objectivo de salvar milhões de vidas, especialmente aquelas cuja perda é evitável durante a infância. Este compromisso, bem como a nossa liderança política, estão alinhados com o debate em curso sobre a reforma do quadro da saúde global, conforme evidenciado na IV Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento, realizada recentemente em Junho de 2025, em Sevilha. Esta conferência teve como propósito impulsionar o aumento e a melhoria da eficiência do financiamento internacional e nacional que sustenta políticas públicas eficazes e equitativas, promovendo simultaneamente a criação de parcerias estratégicas, como as que a AECID mantém com os Ministérios da Saúde dos países parceiros e com diversos actores multilaterais. O Presidente de Espanha, Pedro Sánchez, prometeu à Saúde Global 315 milhões de euros para o período de 2025-2027, incluindo um aumento na contribuição do nosso país para o Fundo Global de Luta contra SIDA, Malária e Tuberculose; um reforço da contribuição de Espanha para a Gavi, atingindo 130 milhões de euros no novo período; e uma contribuição plurianual para a OMS no montante de 60 milhões de euros. Nos anos de 2023-2024, a AECID dedicou mais de 220 milhões de euros ao sector da saúde, disponibilizando 10% para P&D e para o acesso a vacinas e medicamentos, mais de 40% para doenças transmissíveis, e mais de 20% para a saúde materno-infantil e a saúde sexual e reprodutiva.



No que se refere à saúde infantil, Espanha reafirma o seu papel como ponte entre o multilateralismo e a acção local eficaz: uma abordagem estratégica que visa transformar compromissos globais em resultados tangíveis na África Subsaariana, particularmente nos países prioritários para a cooperação espanhola no continente. Moçambique constitui o país que recebeu mais financiamento da AECID no sector da saúde em 2024 e estabeleceu-se como um polo de excelência em investigação e gerador de evidência científica para fundamentar políticas e acções de saúde global. Em Moçambique, Espanha colabora com diversos parceiros-chave, tais como o Ministério da Saúde, o Instituto Nacional de Saúde, ONGs, a Fundação Manhiça, o ISGlobal e a Fundação “la Caixa”.

Fundação “la Caixa”

Desde a sua fundação em 1904, a Fundação tem desempenhado um papel fundamental na melhoria da sobrevivência e da saúde infantil em regiões vulneráveis, apoiando programas que abordam as principais causas de mortalidade infantil – como a desnutrição, doenças infecciosas e falta de acesso a cuidados de saúde – promovendo simultaneamente a cooperação internacional em contextos de pobreza, conflito e fragilidade dos sistemas de saúde.

O novo convite à apresentação de propostas “Child Survival”, lançado em 2024, visa apoiar projectos inovadores na África Subsaariana com vista à redução da mortalidade infantil.

Os projectos seleccionados estão a reforçar os sistemas de saúde e a melhorar os cuidados maternos e neonatais na Serra Leoa, Uganda, Tanzânia e Mali.

O Projecto “MOM”, lançado com o ACNUR em 2017, combate a desnutrição em campos de refugiados na Etiópia através de apoio nutricional, educação e produção sustentável de alimentos. Beneficiou mais de um milhão de crianças e mães, reduzindo em 42% a desnutrição infantil nas áreas-alvo.

Desde 2008, a Fundação “la Caixa” tem mantido uma parceria com a Gavi e com a Fundação Gates para expandir a vacinação em regiões carenciadas, angariando mais de 100 milhões de euros e vacinando mais de 11,5 milhões de crianças, principalmente em África.

A Fundação “la Caixa” reafirma o seu compromisso com a sobrevivência infantil em regiões vulneráveis, através do investimento contínuo no “Child Survival” na África Subsaariana, de um compromisso de 500.000 de euros para combater a desnutrição em campos de refugiados na Etiópia em parceria com o ACNUR, e de uma contribuição de 9 milhões de euros para a Gavi nos próximos três anos, para expandir a imunização. Estes esforços reflectem a sua dedicação em reforçar os sistemas de saúde, reduzir a mortalidade infantil e avançar rumo ao ODS 3.2.



UNICEF

Reconhecemos que a mudança real para as crianças não se concretiza por meio de eventos ou documentos, mas sim através de acções multi-sectoriais a nível nacional e local. Com a sua presença global e as suas parcerias consolidadas, o UNICEF mantém-se firmemente empenhado em colaborar com os governos, as comunidades e a sociedade civil, no sentido de garantir que cada criança tenha acesso a cuidados de saúde primários de qualidade, incluindo serviços essenciais nas áreas da saúde, nutrição e imunização.

O UNICEF continuará a dar prioridade à acção a nível nacional, com enfoque na prestação de serviços até à última milha, especialmente em contextos frágeis e humanitários, onde as crianças se encontram em situação de maior vulnerabilidade. Reafirmamos o nosso compromisso em ser um parceiro responsável, prestando assistência técnica destinada a apoiar a construção e o reforço das infra-estruturas de saúde, o desenvolvimento das capacidades dos recursos humanos para a saúde, o envolvimento das comunidades e o estímulo à procura de serviços. Este apoio será articulado por meio de acções coordenadas entre sectores, garantindo a coerência e integração das plataformas de prestação de cuidados, com o objectivo de acelerar os progressos na redução da mortalidade infantil.

O UNICEF compromete-se a apoiar os governos na priorização e optimização dos programas de imunização, de forma a garantir que cada criança possa aceder a todas as vacinas essenciais, em conformidade com os compromissos assumidos pelos países no presente Documento de Resultados.

Compromete-se igualmente com o objectivo de que, até 2035, e condicionado à procura por parte dos países africanos, 20 por cento do fornecimento de oito vacinas em África provenha de fabricantes pré-qualificados pela OMS com sede no continente africano, aproximando-nos assim do nosso objectivo comum de equidade e resiliência regional no domínio das vacinas.

Enquanto parte integrante da Gavi e em apoio à Gavi 6.0, o UNICEF continuará a prestar assistência aos países na aquisição de vacinas, prosseguindo simultaneamente os seus esforços na configuração dos mercados, na garantia da qualidade das vacinas e na promoção da redução de custos. Em colaboração com os parceiros, estamos empenhados em mobilizar mecanismos inovadores de financiamento, incluindo o Fundo para a Nutrição Infantil e o Acelerador da Saúde Materna, Neonatal e Infantil (MNCH), com o objectivo de garantir que mais crianças tenham acesso a ferramentas e intervenções que salvam vidas. Como parceiro central da Iniciativa Global de Erradicação da Poliomielite (GPEI), reafirmamos a nossa determinação em pôr fim à poliomielite. Aproveitaremos o nosso papel em todas as parcerias e iniciativas de financiamento para reforçar a integração como via para maximizar o impacto

